

SESSÕES DO PLENÁRIO

104ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 31 de outubro de 2012.

PRESIDENTE: DEP. ÁLVARO GOMES “ 3º SECRETÁRIO”

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiza Maia, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Zé Neto e Zé Raimundo. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Considerando a presença de 55 deputados, invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(Leitura do expediente)

OFÍCIOS

Do Dep. Fabrício Falcão, comunicando sua ausência das sessões nos dias 17 e 18/10/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Euclides Fernandes, comunicando sua ausência da sessão no dia 22/10/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do dep. Targino Machado, comunicando sua ausência da sessão no dia 08/10/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Derp. Luizinho Sobral, comunicando sua ausência das sessões nos dias 18 e 19/09, 08, 09, 10 e 22/10/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):-Pequeno Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador, deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, deputados e deputadas, dando continuidade à minha questão de ordem, com a benevolência do presidente, para rebater algumas coisas que o nobre deputado Carlos Geilson falou, o que quero fazer com muita tranquilidade.

Eu sempre quis trazer o debate para as ideias, e nenhum dos senhores ou senhoras deve tentar, em momento algum, desqualificar o outro. Mas, no momento em que o deputado Carlos Geilson diz que eu estava com “barceletite” e que eu tinha que tomar cuidado porque tinha me ajoelhado para pedir a vice-prefeitura. Se ele falou em tom de brincadeira, não deve. Queria ter conversado com ele fora da tribuna sobre isso.

Acho que o debate com Zé Raimundo, com Luiza Maia, com meu amigo Jojó, é um debate de ideias; saio daqui e continuamos amigos. Posso não comungar com o que falam. Vejo Reinaldo Braga e digo “Xique-Xique isso e aquilo”, no debate das ideias. Tentar desqualificar não é o melhor caminho. Se for para desqualificar, tenho um problema, posso perder o limite também e partir para a desqualificação total.

Estávamos em campanha, e disse a um colega que eu não usava a tribuna, que eu não era muito de falar. Não tenho culpa se algumas pessoas não têm o que fazer e passou a vida toda com o microfone na mão e na boca. Quando não estiver aqui, posso dar um microfone de presente para que continue com ele. Mas peço que não desqualifique o orador, o deputado, a deputada; venho falando isso há dois anos, pois se for para baixar o nível, sou deputado, sou médico, mas sei baixar.

A Sr^a. Luiza Maia:- Baixaria, não.

O Sr. ALAN SANCHES:- Quando se trás uma denúncia, as pessoas têm de saber. E eu estava certo desde segunda-feira, o contrato foi suspenso por causa da Justiça. Então estamos eu, o Ministério Público, a Justiça, estamos todos contra o secretário Bacelar? Não é por aí.

Peço ao nobre deputado Carlos Geilson para continuarmos com a nossa boa convivência, nossa amizade e para debatermos ideias. Não precisa tentar desqualificar, adjetivar negativamente o companheiro ou colega, e de uma forma desnecessária.

E, hoje, eu provei que estava certo, pois foi noticiado uma vez que foram suspensas ou demitidas pessoas. Inclusive, gente, isso foi feito depois desse contrato com a ONG para intermediar mão de obra. Quanto a essa ONG, eu já cansei de falar aqui o que acho. Eles estão sem pagar três meses de salário. Agora, dão um cheque às

pessoas para fazer o distrato sem dizer como vão pagar os outros dois meses.

Vejam, acham isso é normal? V.Ex^{as}. acham que isso está certo? Depois, utiliza-se de outro argumento ao afirmar que eu não assinei CPI contra o estado? Se acha errado, não pode. Não é porque está errado que a outra coisa, também, vai poder fazer. Vão continuar o erro?

Então, não. Eu acho que, aqui, há homens e mulheres maduros. Vamos defender o nosso grupo, a nossa linha e a nossa ideologia mas sem necessariamente ter de desqualificar o companheiro ou o amigo. Nós vamos conviver aqui mais dois anos e pouco. Vamos debater ideias, não debater adjetivos negativos para quem quer que seja.

Muito obrigado, colegas. Muito obrigado, deputado Carlos Geilson.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a nobre deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero registrar, aqui, com muita alegria, a satisfação de fazer este discurso. Primeiramente, quero dar uma boa-tarde a essas crianças que estão nas galerias deste plenário, nos honrando com as suas presenças. Sejam bem-vindos! Esta Casa tem necessidade de um cheiro de povo e de pessoas fora daqui deste Plenário. Fico muito feliz quando vejo crianças, jovens, adultos.

Quando fui vereadora de Câmara de Vereadores de Camaçari, ocupei a presidência e criei um expediente, lá na nossa casa, que se chamava “Observatório Parlamentar da Juventude”. Era uma espécie de estágio que os jovens faziam na câmara durante 45 dias, entendendo como era o processo legislativo e com o claro objetivo, deputado Cacá, de fazer com que as crianças gostassem da política. Infelizmente, o nosso presidente não levou para frente este ano. Mas precisamos retomar tal discussão.

Então, Sr. Presidente, deputadas Kelly e Maria Luiza, quero registrar aqui que fizemos uma reunião da Comissão dos Direitos da Mulher. Esta foi uma reunião muito importante, pois, além das presenças das deputadas Neusa Cadore, Maria del Carmen e Ângela Sousa, tivemos a honra de receber, também, a visita da Dr^a Maria Ângela, professora da UFBA, que veio nos propor uma campanha junto às mulheres pela reforma política. Tivemos a presença da secretária de Mulheres do PT da Bahia, Antônia Garcia; a doutoranda da UFBA, Alexandra Baixan, e de Edna Nobre, secretária de Mulheres do PT de Alagoas.

O nosso tema principal foi a questão da campanha pelos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher. O resultado dessa reunião foi uma convocação de uma próxima reunião na terça-feira, às 9h, na Sala da Bancada Feminina, onde vamos discutir com a secretária de Mulher, com as secretárias dos partidos que têm esse cargo e com os movimentos sociais de mulheres.

A nossa campanha se inicia no dia 20 de novembro com o Novembro Negro e vai até o dia 10 de dezembro, quando da comemoração do Dia Internacional da

Declaração dos Direitos Humanos.

Durante esses 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, teremos, também, o Dia Mundial do Combate à AIDS e o Novembro Negro, que sabemos que agora é uma luta pela igualdade racial.

O dia 25 de novembro é o lançamento desta campanha importante, uma campanha internacional. Nessa discussão, achamos importante também retomarmos vários temas. Ouviram deputadas? A deputada Cláudia, também, foi aguardada lá na reunião, mas não pôde ir. Então, agora, nesta campanha dos 16 dias pelo fim da violência contra a mulher, nós queremos retomar o debate sobre aquela proposta nossa da cruzada antibaixaria no interior de nosso estado da Bahia.

Ficamos de levar a campanha para cada município. Cada deputada deverá encaminhar, ao menos, a campanha para dez municípios. O intuito é que os prefeitos, em suas prefeituras, encaminhem o projeto para ser aprovado naquele município, já que a nossa Casa, aqui, aprovou o projeto com a ressalva de que é dinheiro público estadual.

E nós sabemos que, no interior do estado, é o lugar onde baixaria rola mais à vontade, mais solta.

Nessa campanha pelo fim da violência contra a mulher, queremos também reintroduzir a discussão da Lei Antibaixaria, porque vimos o que aconteceu com as adolescentes em Rui Barbosa, minha terra natal, que foram pedir autógrafos ou fazer fotos com aquela banda que canta esse tipo de música... Sabemos que quem canta também pratica, porque acredita naquilo. É a história de que uma coisa puxa outra. Enfim, precisamos retomar essa discussão.

Entendo que não é apenas com a aprovação e a sanção do nosso projeto que o problema vai ser resolvido; é preciso uma mudança de cultura. Digo sempre que é um projeto pedagógico. Tenho certeza de que a senhora, deputada Cláudia, que agora é prefeita eleita, vai aprovar essa lei também em Porto Seguro. Quero lembrá-las de que na terça-feira, às 9h, na sala da Bancada Feminina, vamos fazer a primeira reunião para tratar desta nossa campanha: 16 Dias pelo Fim da Violência Contra a Mulher.

Quero ainda agradecer ao governador Jaques Wagner pelo reconhecimento e pela decisão de que as baianas de acarajé vão vender o seu produto na Fonte Nova. Achei realmente um absurdo aquela proibição. Mas em outro momento falarei mais sobre isso.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, registro a presença nas Galerias Deputado Paulo Jackson, através do Programa Integração Assembleia Legislativa e Comunidade Escolar, de estudantes da Escola Municipal Pedro Veloso Gordilho, que nos honram muito com suas presenças.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, estudantes

presentes às Galerias Paulo Jackson, sejam bem-vindos.

Quero passar a informação sobre um momento importante que acontecerá aqui em Salvador entre os dias 5 e 9 de novembro: o I Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas, ALAL. Esse congresso debaterá três eixos temáticos: 1- Liberdade Sindical, Terceirização, Meio Ambiente Laboral Desregrado e Causadores de Agravos, de Riscos, de Acidentes e de Sofrimento de Trabalhadores/as; 2- Trabalho Campesino e Meio Ambiente; 3- Política, Informação e Monitoramento da Saúde no Trabalho e uma Agenda do Trabalho Digno.

Esse congresso internacional tem uma importância muito grande, porque vai discutir questões fundamentais à dignidade humana, abordando a necessidade do trabalho digno e decente.

Terei a oportunidade de fazer lá, no dia 8, uma exposição sobre A Dignidade Humana, Assédio Moral e Outras Formas de Violência no Trabalho, junto com as Dr^{as} Margarida Barreto, Cláudia Regina, que é juíza TRT do Rio de Janeiro, e Mariana Munhoz, advogada da Colômbia.

Apresentamos aqui na Assembleia Legislativa um projeto de lei que fala exatamente sobre o assédio moral. Precisamos travar aqui um debate, o mais rapidamente possível, para que possamos combater o assédio moral que atinge, no caso específico, o funcionalismo público do Estado da Bahia. Nós parlamentares estaduais não temos competência para fazer um projeto de maior abrangência. Mas o projeto para atingir exatamente, para representar o funcionalismo público do Estado, temos competência e, para isso, apresentamos aqui um projeto de lei de combate ao assédio moral com o funcionalismo estadual baiano.

Esse projeto precisa ser debatido e nós fazemos um apelo para que venhamos aprová-lo, porque ele tem uma importância muito grande na construção de uma sociedade justa, de uma sociedade com justiça social. Esse projeto propõe o combate ao assédio moral, a exploração e a humilhação no trabalho, a degradação do serviço. É um projeto de grande importância para toda a sociedade.

Precisamos dar o exemplo aprovando esse projeto aqui na Assembleia Legislativa. Por isso fazemos um chamamento aos colegas parlamentares no sentido de aprovar esse projeto e também fazemos um chamamento para os colegas que puderem possam prestigiar esse evento importante que acontecerá nos dias 05 e 09 de novembro. É um congresso internacional de grande importância.

Eram essas as considerações que queria fazer, fica aí o chamamento para que os companheiros e companheiras participem desse importante evento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Kelly Magalhães por 5 minutos.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas presentes, quero fazer uma saudação especial à juventude que vem a esta Casa através do programa de integração entre a Escola e o Legislativo, está presente a

Escola Municipal Pedro Veloso Gordilho. Sejam bem-vindos, estamos vendo aqui a participação de jovens de rede pública municipal de ensino que têm o interesse em acompanhar o processo legislativo.

Sr. Presidente, se der tempo, queria tratar de dois assuntos. O primeiro dele é para chamar a atenção que esta Casa votou no ano passado a privatização dos cartórios, e nós apresentamos neste ano um projeto que visa disciplinar o tempo que as pessoas levam nas filas hoje para resolver algum problema nos cartórios da Bahia. Essa privatização com certeza foi bem aceita pela sociedade, a Assembleia visitou quase todos os Estados brasileiros para conhecer o funcionamento dos cartórios lá e teve uma receptividade positiva de que os serviços privatizados nesses Estados fluem, têm qualidade de atendimento. Mas, depois da privatização, na Bahia a gente não percebe ainda essa melhora. Ao mesmo tempo em que se privatizou, nós aumentamos os serviços notariais em mais de 300%, não houve uma melhoria da qualidade efetiva nesse serviços.

Portanto quero chamar a atenção dos colegas deputados e pedir a atenção especialmente da Comissão de Constituição e Justiça para avaliar a tramitação do nosso projeto, projeto de lei no. 19.803/2012, do início de maio, para regulamentar. Nós conseguimos fazer com os bancos e com outros serviços, por que não fazer com os cartórios agora que foram privatizados? E, além de privatizados tiveram um aumento nos serviços de mais de 300%.

Temos recebido queixas sérias, inclusive de oficiais de Justiça, de servidores, pedem que alguém se pronuncie, pedindo que alguém se posicione em relação aos serviços cartoriais na Bahia. Portanto queria pedir aos colegas. e colocar a nossa preocupação e pedir a tramitação desse projeto da nossa autoria para regulamentar o tempo na fila de espera dos serviços nos cartórios, depois da sua privatização. Da mesma forma que esta Casa também tem que fiscalizar esse serviço, fiscalizar os cartórios, conversar com o Tribunal de Justiça para ver essas queixas que temos recebido e que têm sido pauta de notícia nos diversos meios de imprensa no Estado da Bahia, sobre a morosidade desses serviços que estão sendo prestados, especialmente das longas filas e do valor exorbitante que está sendo cobrado.

Queria chamar a atenção sobre um tema: nós marcamos aqui, já tem mais de uma semana, sei que ainda há dificuldade de os secretários fluírem suas agendas, mas queremos tratar com o secretário Nestor Duarte que desde que assumiu a pasta é um pedido nosso, tratar da construção do Presídio Regional de Barreiras, cidade que enfrentou mais uma rebelião; sei que essa verba já está destinada, faltavam apenas ajustes para começar a construção, e quero trazer esse anseio da população de Barreiras, o anseio da população do Oeste, porque, na verdade, muitos presos já foram transferidos para lá, da mesma forma que também é preciso agilidade por parte da Justiça em fazer o julgamento daqueles presos que estão lá e que passam décadas, muitas vezes encarcerados, sem passar por um julgamento para saber se vai subir, se vem para a capital, se vai para um presídio ou se não, ou se cumpre pena numa própria delegacia.

Portanto, essa é uma observação que a gente faz também para a agilidade do

sistema Judiciário na Bahia, para fazer com que a vara crime possa atuar com mais celeridade nesse processo, e vamos insistir aí com o secretário Nestor Duarte na construção, o mais rápido possível, desse presídio, obra importante para a cidade de Barreiras, bem como para todo o Oeste da Bahia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado, vitorioso, da cidade de Vitória da Conquista, José Raimundo.

O Sr. JOSÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres deputados, queridas deputadas, amigos que ouvem nos gabinetes, imprensa, corpo técnico desta Casa, ontem, numa breve intervenção nesta Assembleia, reporteime ao fato de que no processo político, nas eleições não há candidato perdedor ou vencedor. Quem ganha ou perde é o povo, e que só, naturalmente, depois do mandato do eleito é que vamos saber quem, de fato, foi o vencedor. O povo elege, soberanamente, e naquele momento o povo está com a razão. O tempo vai dizer da coerência dos resultados.

E a propósito dessa premissa, Sr. Presidente, é que quero enfatizar que o povo de Vitória da Conquista há 16 anos tem sido vitorioso, não só porque elegeu em 96 o companheiro Guilherme, o reelegeu em 2000, e ali, como vice-prefeito, assumi a prefeitura, reeleito em 2004 e agora, mais uma vez, 2008 o povo retomou o processo político com a presença de Guilherme e o reelegeu agora, mais uma vez, com Joás. E os indicadores da cidade de Vitória da Conquista são claros de que a vida daquela cidade, daquele município se transformou nesses anos.

E quero aqui reafirmar o nosso compromisso, meu e do deputado federal Waldenor Pereira, das nossas lideranças políticas, dos nossos partidos, do compromisso do Governador Jaques Wagner, do governo federal para as grandes obras de Vitória da Conquista. Para o novo aeroporto de Vitória da Conquista estão garantidos 20 milhões já no orçamento federal, num convênio com o governo do Estado vamos construir ali um grande equipamento no valor, talvez, de 100 milhões, esses 20 milhões são só para começarmos a obra neste ano, e 80 milhões previstos para o próximo ano. Uma obra que vai modificar toda a logística e a mobilidade de toda a região do Sudoeste da Bahia, da Serra Geral e do Norte de Minas. Também um compromisso do governador de construir lá na Barragem do Catolé para abastecer Vitória da Conquista, outros municípios e todos os povoados e distritos onde for possível, através da Embasa.

Da mesma forma, a conclusão do esgotamento sanitário, no valor de 120 milhões, em Vitória da Conquista, e já o compromisso, mais uma obra do PAC, 23 milhões para tornar Vitória da Conquista com 92, 95% de coleta e tratamento de esgoto sanitário; um shopping popular, cujo projeto foi ainda na minha gestão, e que, finalmente, nós estamos viabilizando; a construção de uma UPA, nível 3, e mais duas UPA's para os próximos anos.

Por tudo isso, realmente, Vitória da Conquista tem sido uma cidade que tem apostado num projeto político vitorioso.

Para concluir, Sr^a Presidente, comemorarmos também, porque muitas vezes o fato político, ele é passageiro, um acontecimento é como um vagalume numa noite escura. O processo social e econômico é que são as verdadeiras dimensões da realidade que se transforma e que muda a vida das pessoas. Nesses anos, no governo Jaques Wagner, a diminuição da pobreza na Bahia é um fato extraordinário, 21% da população baiana saiu da pobreza e também da extrema pobreza, Sr^a Presidente. São milhares de baianos que estão saindo dessa condição desumana, e a partir do fato político.

É por isso que a dimensão política, ela é um momento, mas é o processo real da economia, da sociedade, da cultura que a política pode conduzir ou não. E, nesse caso, desde 2003, quando o Presidente Lula assumiu esse país, e agora com a Presidenta Dilma, a realidade humana, social e cultural se transformaram, e da mesma forma na Bahia. Nesse sentido, é que é o objetivo da política. O objetivo da política, no último sentido, como diria a Hannah Arendt, é a liberdade e a condição humana.

Por isso cada vez mais estou convicto de que o projeto do nosso Partido é um projeto libertário e continuará sendo vitorioso no Brasil, na Bahia e em muitos municípios.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero saudar, nas galerias, o nosso querido amigo, Renan De Ziza, que já foi prefeito, presidente da Câmara Municipal de Água Fria, e o jovem Cailan de Renan, aos 18 anos, surdo e mudo, e elegeu-se com uma bela votação, no município de Água Fria. Está ali, nas galerias, meu grande abraço.

Mas, dizer ao deputado Alan Eduardo Sanches que eu estou muito feliz com seus arroubos fiscalizatórios e que esses arroubos fiscalizatórios cheguem para fiscalizar as ONG's que têm convênio com o governo do Estado. E V.Ex^a tem e terá o meu respeito, o meu carinho e a minha atenção.

Dizer ao deputado Zé Raimundo que eu gostei da metáfora do vagalume: o vagalume acende a luz em noite surda. O governo Wagner é como o vagalume, acende aqui, apaga ali; acende quando faz uma promessa e apaga quando não realiza. Então, esse é um governo vagalume.

Mas, dizer o seguinte, e aí eu chamo a atenção do deputado Zé Neto, Líder do Governo, para que estejamos juntos nessa questão da cidade de São Gonçalo dos Campos.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, São Gonçalo dos Campos fica distante de Feira de Santana 13 quilômetros. A Polícia Civil de São Gonçalo está ligada ao Comando da Polícia Civil, em Feira de Santana. Agora, meu caro deputado Joseildo Ramos, a Polícia Militar de São Gonçalo recebe o comando da cidade agora, de Santo

Estevão, era de Santo Amaro, agora passou para Santo Estevão, enquanto que de Feira para São Gonçalo, são 13 Km, numa cidade que está vivendo uma onda de violência.

Quando alguém aciona a polícia em Santo Estevão, demora 56 Km, que essa é a distância de São Gonçalo para Santo Estevão, enquanto de Feira para São Gonçalo, são 13 Km. Por isso que eu conclamo o deputado Zé Neto, para que estejamos juntos nessa linha de frente, e São Gonçalo fique jurisdicionada a Feira de Santana e a polícia militar de Feira possa, sim, fazer o controle de toda região metropolitana.

Porque a região metropolitana, meu caro deputado Luciano Simões, não saiu do papel. V.Ex^a lembra daquela sessão memorável em Feira de Santana, quando lá aprovamos a criação da região metropolitana de Feira, com 6 municípios? E, até agora, minha cara deputada Kelly Magalhães, muito elegante nesta tarde, toda vestida de branco, estava lá e lembra, não saiu do papel.

Nada aconteceu até agora, parece que houve uma criação de má vontade do governo. O governo foi imprensado, jogado contra a parede e não teve outro caminho, senão criar a região metropolitana. Mas, criou de má vontade, tanto que até agora ninguém sabe, ninguém viu, ninguém sentiu os efeitos da criação da região metropolitana de Feira de Santana. Pediu-se 6 meses de prazo para criação do Conselho. Esse prazo já expirou, já passou, já passou mais de um ano que a região foi criada e até agora, meu caro deputado Paulo Azi que estava naquela sessão memorável, a região metropolitana de Feira, de fato não existe, de fato, não aconteceu, não saiu do papel. O governo não conseguiu colocar para funcionar.

Eu quero terminar minhas palavras e saudar o deputado Bruno Reis que foi um gigante nesta campanha vitoriosa do deputado ACM Neto, que deu a cara para bater, que vestiu-se realmente do sonho da eleição do deputado ACM Neto, que ajudou na materialização do sonho, que se entregou de corpo e alma, e foi um projeto vitorioso. V.Ex^a tem as suas impressões digitais nessa belíssima vitória do deputado ACM Neto.

Muito obrigado, deputada Maria Luiza Laudano.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr^a Presidente, meus parabéns pela elegância também e gostaria de cumprimentar a todos que nos estão ouvindo e também nos assistindo da TV Assembleia para dizer que subo a esta tribuna para tratar das questões de ordem político-eleitoral, mas com um viés diferenciado das discussões que até então têm acontecido.

Acho que deveremos centrar o foco das discussões aqui na Casa, nas questões estruturantes do sistema político nacional e nessas eleições, Brasil afora, o que ficou evidente, sem sombra de dúvida, foi a fulanização, a judicialização e também a mercantilização das campanhas eleitorais.

O sistema político brasileiro está ferido de morte e as lideranças, por esse Brasil afora, independente do seu extrato social, terão sérias dificuldades de fazerem-

se representar em qualquer pleito nas condições atuais em que se encontra o sistema político nacional.

Vem aí 2013 e é uma oportunidade única neste País, cuja federação trina também é única no mundo, para que possamos discutir definitivamente o financiamento público da campanha, discutir a reforma estruturante do sistema político e eleitoral brasileiro fazendo convergir as eleições, evitando que, de dois em dois anos, esse País pare, fortalecendo as agremiações políticas para que o debate das ideias e dos diversos projetos se imponham. Infelizmente, a discussão desses parâmetros não tem figurado na ordem do dia e não têm sido pauta, mesmo que oportuna, nesse momento pós-eleitoral.

Deveremos fazer parte desse esforço, desse clamor, para que possamos fazer valer o desejo, acredito, de todos os políticos das três esferas de governo que é o desejo de ver discutida nas suas profundezas a mãe de todas as reformas que é a reforma política que se impõe como uma realidade urgente, uma necessidade para que definitivamente possamos consolidar a jovem democracia brasileira.

E aí não podemos ficar parados assistindo a supremacia das lideranças em detrimento das ideias e dos projetos. Isso se pode traduzir em bem pouco tempo, sem sombra de dúvida, no esgotamento das perspectivas da continuidade da melhoria das condições de vida do nosso povo, porque é através da política, do jogo econômico, que encontramos as matrizes que dinamizam a vida de toda sociedade moderna. E, em função disso, não mais cabe em qualquer Assembleia, em qualquer Parlamento, seja ele no município, nos estados ou no distrito federal, que essa discussão, que esse clamor que se traduz numa necessidade, não só no desejo, de todo brasileiro de que possamos aprofundar em definitivo e implantar a reforma que nós consideramos a mãe de todas as reformas estruturantes ainda que seja tarde.

Portanto nós, enquanto Casa política, enquanto organismo importante de Estado, precisamos aprofundar o debate entre todos os pares, com todas as matizes ideológicas, com todos os interesses envolvidos, a fim de que possamos, definitivamente, colocar a mão na massa e todos nós estarmos contribuindo para a realização da chamada mãe de todas as reformas.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o último orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Rosemberg Pinto, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Minha querida Maria Luiza, queridas deputadas e deputados, o deputado Joseildo traz à tona um debate que, na minha opinião, é extremamente atual e nós precisamos ampliar essa discussão.

Primeiro, deputado Joseildo, acho que a tentativa do ministro Joaquim de interferir no processo das eleições a partir daquele julgamento midiático caiu por terra, tanto que ele já admite que não há a necessidade de adiantar muito – Ayres Britto nem será mais presidente, haja vista a sua aposentadoria –, até porque ele não

conseguiu seu intuito, que era efetivamente interferir nas eleições, especialmente em São Paulo.

Acho que já saiu de cena esse debate, pois não atrai a sociedade. Apenas lamento a forma como algumas pessoas estão sendo tratadas, a exemplo do nosso ex-presidente do Partido dos Trabalhadores José Genoíno. O próprio Joaquim já começa a admitir, em suas afirmações fora do Tribunal, que ele deve ter uma pena menor.

Pois bem, foi uma tentativa midiática de desgastar o nosso partido, mas a sociedade entendeu isso. É lógico que nos trouxe alguns prejuízos, não podemos deixar de admitir esse fato. E isso decorreu principalmente do bombardeio feito, inclusive, por um ministro – autoridade que deveria se respeitar – que saiu pelas ruas fazendo campanha, usando a sua função como instrumento para fazer política.

Mas acho que agora precisamos debater outros temas, inclusive abordando os próximos processos eleitorais. Devemos fazer visando garantir que a democracia dê condições iguais a todas as pessoas. Até já conversei com o querido Reinaldo Braga, quando levantei a necessidade de ajudarmos na elaboração de uma proposta, a ser enviada ao Congresso Nacional, sobre uma reforma política no Brasil.

A nossa Subcomissão de Reforma Política vai pautar esse assunto para que possamos apresentar, à luz dos fatos que aconteceram nessa eleição, sugestões que possam aprimorar esse momento de exercício democrático, as eleições. É necessário que se constitua um regramento que permita a qualquer um disputar o processo eleitoral.

Meu querido deputado Joseildo, quero trazer à tona o debate acerca do voto partidário. Acho que precisamos pautar isso rapidamente. Essa ação política personalizada precisa ser excluída da nossa legislação. Devemos criar leis que privilegiem e fortaleçam os partidos e os seus programas.

Os partidos são responsáveis pela construção das suas representações nos plenos das Assembleias, da Câmara dos Deputados, nas Câmaras de Vereadores. Então, para que possamos ter uma democracia mais consolidada, é urgente que a sociedade possa cobrar a execução dos programas partidários apresentados nos processos eleitorais.

Precisamos trazer à tona esse debate. Necessitamos de eleições que signifiquem, de fato, um instrumento de ampliação da democracia, havendo a manifestação de toda a sociedade e de todos os pensamentos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Luciano Simões, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, a deputada Luiza Maia está falando que ninguém merece, mas Camaçari merece. No assunto

aqui, deputado Carlos Geilson, Camaçari é *poli position*.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todo Brasil sabe, devido à imprensa falada, escrita e televisionada, que o Mensalão foi irrigado pelos cofres públicos, deputado Targino Machado. Isso é uma prova mais que cabal em todo País. E, na Bahia, o PT, usando da mesma fórmula do PT nacional, irriga os cofres das ONGs pertencentes aos cabos eleitorais do partido, também, com o dinheiro público.

Foi assim a primeira denúncia que fizemos em que o governo repassou 1 bilhão e 200 milhões para as ONGs do interior do estado em momento próximo às eleições de governador. Este processo já se encontra no Ministério Público sobre a forma de inquérito civil público.

Logo após essa denúncia e essa irrigação das contas do Partido dos Trabalhadores do interior do estado, veio a segunda denúncia durante o período do primeiro turno das eleições. Vejam, o deputado Paulo Azi, outros deputados de Oposição e eu denunciemos, aqui, as irregularidades dos convênios celebrados pela Seagre. Nesses contratos, não havia a parte que assinava, ou seja, o responsável, e, também, não havia a cidade que estava envolvida na associação à ONG correspondente. E, também, foi omitido, no Diário Oficial, os valores conveniados.

Mas, o secretário Eduardo Salles, justiça seja feita, no outro dia praticamente, mandou republicar os convênios, corrigindo essa irregularidade, no que diz respeito à administração pública, principalmente no que tange a um dos princípios gerais da administração que é a publicidade.

Logo após o primeiro turno, os convênios da Seagre, coincidentemente, foram distribuídos para as esposas e para as entidades ligadas aos candidatos do PT no interior do estado, a exemplo de Valente, onde as duas associações – ligadas ao candidato a prefeito que venceu as eleições – foram irrigadas pelo governo do estado, pois eram pessoas de extrema confiança daquele candidato do Partido dos Trabalhadores.

Surpreendentemente, deputada Maria Luiza, nos dias 28 e 29 de outubro de 2012, realizava-se o segundo turno das eleições nesta capital. O governo não se emenda. O governador Jaques Wagner não se emenda – mantendo o esquema do Mensalão, o esquema feito pelo PT, em nível nacional – o governador do estado celebra convênios com ONGs e associações no valor, deputada Kelly Magalhães, de R\$ 125 milhões, repito, no valor de R\$ 125 milhões.

Vou ler alguns dos convênios. O meu gabinete, ou seja, a Minoria está, desde ontem, tentando pegar na Assembleia as informações. Estão omitindo informações acerca da regularidade do repasse para essas associações e essas ONGs. Eu vou provar. O Ministério Público vai provar onde o dinheiro público está irrigando os diretórios e os candidatos derrotados e vitoriosos do Partido dos Trabalhadores.

Deputado Carlos Geilson, quanto às entidades que estão recebendo esses 25 milhões, conseguimos identificar a Associação de Assistência Técnica e Assessoria aos Trabalhadores Rurais de Movimento Popular, chamada Cactos. Essa entidade recebeu nada menos do que R\$ 5,3 milhões. Não conseguimos localizar essa entidade. Mas ela tem um projeto de utilidade pública aqui de iniciativa do ex-

deputado Zilton Rocha do PT. Não localizamos ainda o CNPJ.

Mais à frente, há outro convênio. Este é com o Centro de Estudos Sócio-Ambientais da Bacia do São Francisco – Cesab – Projeto de utilidade publica de autoria do ex-deputado estadual e agora deputado federal Waldenor Pereira. Waldenor é o deputado votado, deputado Roberto Carlos, na região de Vitória da Conquista. Esta ONG foi fazer esse convênio nas suas barbas, nas Barrancas do Juazeiro, para retirar do governo R\$5.300.000,00. Agora, não podemos saber o nome do presidente da ONG, deputada Maria Luiza, porque ele (presidente da ONG) não assina o convênio - a SEDS omitiu! Omitiu também a localização da ONG. Apenas sabemos aqui que é na bacia do São Francisco. Veja como o governo age na tentativa de roubar o dinheiro dos baianos e colocar na conta dos petistas.

Vamos para frente! Outra associação identificada: Instituto de Desenvolvimento da Colônia Esperança. O Diário Oficial não diz onde se localiza essa instituição, não dá o CNPJ, omite também assinatura do presidente no convênio, mas o localizamos aqui na Assembleia. Existe um projeto de utilidade pública que tramitou na Casa em nome de um deputado do PT - o deputado não tem nada a ver com isso, quem tem é a associação-, o deputado Yulo Oiticica.

Vamos mais para frente! São várias associações que não conseguimos localizar sequer a sua existência através do seu CNPJ e também não existe a publicação no convênio. Vamos para a Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Serrinha. Essa associação que ninguém conhece em Serrinha, deputado Bruno Reis, que foi votado lá, vai receber a bagatela de R\$ 5.559.000,00 para fazer obras, jornalista Itamar, de Feira de Santana - pasmem! -, de recursos hídricos. Para que a existência da CERB no organograma do governo do Estado? Vai se pegar uma pequena associação, de uma ponta de povoado em Serrinha, para estabelecer metas e executar obras que tem de ter capacidade técnica de recursos hídricos. É a Associação dos Pequenos Agricultores e Famílias de Serrinha! Telefonei à prefeitura, telefonei para o cartório cível de Serrinha, e ninguém localiza essa associação. E o governo omite o CNPJ, o nome do presidente e o endereço dessa associação. Serrinha é porque contém no nome da própria associação.

Vamos para frente! A outra associação que vai prestar os serviços que a CERB prestou e prestaria à Bahia é a Associação das Entidades de Apoio ao Desenvolvimento de Pintadas. Espero que a deputada Neusa Cadore não tenha responsabilidade sobre a peteleca de R\$ 5.427.000,00, que essa pequena associação de Pintadas receberá para também prestar serviços de recursos hídricos. Esse dinheiro, deputado Carlos Geilson, vem do governo federal. As providências serão tomadas também na CGU, no TCU, na Polícia Federal, e o advogado da Minoria já está hoje no Ministério Público Federal.

Olhe a farra do pós-eleição: deputado Paulo Azi, esse fiz questão de visitar, que foi a entidade de Gentio do Ouro, que o presidente da entidade estava abastecendo, em Irecê, os carros do candidato do PT, José das Virgens; do candidato do PT, Militão de Lapão; e do candidato a PT, Renan de Canarana. Esse homem que já foi denunciado pelo Ministério Público pela terceira vez, no ano passado, deputada

Kelly Magalhães, recebeu 16 milhões! O Centro Açuruá recebeu, deputado Rosenberg, 16 milhões! Sabe qual era o objetivo do convênio no ano passado? Prestar palestras sobre o Pré-Sal. E se Graça Foster sabe de um episódio desse, que numa associação do povoado de Santo Inácio, Gentio do Ouro recebeu do governo 16 milhões para fazer palestras sobre o Pré-Sal?!

Aí, esse mesmo centro - que recebeu 16 milhões – recebe, agora, Centro de Assessoria do Açuruá recebe agora R\$5.659.007,73 para prestar serviços de construção de recursos hídricos, de obras hídricas. Sei que é em Gentio do Ouro pois, pelo nome, coincide com o que recebeu 16 milhões nos outros convênios das ONGs. Está aqui.

Apesar de o governo omitir a localização e omitir a assinatura do presidente, está publicado no Diário Oficial. Deputado Zé Neto se comprometeu comigo a vir para esta sessão a fim de que eu lhe mostrasse no Diário Oficial as irregularidades dos convênios que, na verdade, nada mais significam do que irrigar os cabos eleitorais do PT com recurso público.

Vamos mais além. Associação Filhos do Mundo Feme: essa associação receberá a bagatela de R\$5.659.000,00 para prestar esse mesmo serviço. Fomos investigar o CNPJ, não conseguimos achar. Apenas um funcionário da Assembleia deu a informação de que passou por aqui um projeto de utilidade pública, há 8 ou 9 anos atrás, e sabem quem foi a autora? A senadora Lídice da Mata é autora do Feme, e ninguém sabe porque o convênio omite a localização dessa associação.

É a maior roubalheira da história do Estado da Bahia. O município não consta do convênio, o que é uma falha, uma irregularidade. O deputado Zé Neto disse que se realmente não constasse, mandaria corrigir amanhã. Estou aguardando a presença do deputado Zé Neto.

Vamos para frente. Esse aqui foi identificado: Associação do Semiárido da Microrregião de Livramento. Foi beneficiada no passado com 4 milhões de reais. É de um povoado, segundo o deputado Nelson Leal, do município de Livramento. Vai receber, mais uma vez, não mais R\$4.000.000,00, mas, sim, R\$991.000,00, mais um auxílio de R\$4.309.770,00, deputado Carlos Geilson. Essa bagatela de milhões vai para uma entidade de um povoado de Livramento, e o deputado Nelson Leal pode informar à Imprensa da Bahia sobre a situação dessa entidade.

E vem várias entidades. Olhem onde funciona a sede do Casamil: R\$5.869.000,00.

A deputado Luiza Maia saiu porque estou chegando em Camaçari. Todo mundo sabe, inclusive quem tem conhecimento da Bahia, que Camaçari não tem problema de construção de cisternas. Uma entidade com o nome Agendha, com dh, deputado Roberto Carlos, recebe R\$5.600.000,00 para fazer cisterna na sede do município de Camaçari? Isso é uma vagabundagem! Isso é uma vagabundagem, é uma malandragem, é uma falta de respeito para com o povo da Bahia.

O Sr. Paulo Azi:- Como é o nome?

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Agendha, em Camaçari, é o nome da entidade, a primeira a ser beneficiada para prestar serviço como se ali fosse o semiárido.

Deputada Luiza Maia correu. Camaçari é litoral norte, é beira de litoral, é Guarajuba, Itacimirim, lá não precisa de cisterna. R\$5.600.000,00 de cisterna praticamente na sede do município de Camaçari. Isso é lavagem. Isso é o “mensalinho” com outra roupagem, deputado Paulo Azi.

E não fica aí. Estamos também assustados com a falta de prestígio do deputado José de Arimatéia, que tanto criticou o deputado Zé Ronaldo, eleito prefeito, e do deputado Sidelvan Nóbrega, que quase foi preso tentando aliciar votos para o candidato Nelson Pelegrino. E aqui não se inclui nenhuma Igreja Universal, mas recebe dinheiro. Eu vou até o Papa, vou ao bispo para saber, inclusive já procurei saber o nome do bispo dessa diocese, que é o bispo que se encontra em Conquista, o Dr. Luiz Gonzaga Pepeu. Eu vou ao Dr. Luiz Gonzaga Pepeu. Vou pegar o avião para ir a Conquista. A Diocese de Rui Barbosa também vai receber a bagatela de quase R\$ 6 milhões, juntamente com a Diocese de Amargosa, para prestar serviços técnicos de infraestrutura hídrica, deputado Paulo Azi, ex-diretor da Cerb. Isso é uma vergonha! Eu não tenho nada contra nenhuma diocese, nem contra a Igreja Católica! Agora, até a Igreja Católica ter competência e engenheiro técnico para localizar recursos hídricos, perfuração de poços e sistemas hídricos... Isso é uma vergonha! Vou mandar ao Vaticano! Vou mandar ao bispo de Conquista e à Polícia Federal, porque a função do parlamentar é investigar, é fiscalizar.

Os atos são irregulares na sua formação, deputado Paulo Azi, e a execução, Deus é quem sabe! E o pior é que na primeira denúncia da Oposição os inquêritos de improbidade foram abertos no Ministério Público, e nada se apura! Já se fala, inclusive, de um Dr. Wellington, que foi o último mais votado na primeira eleição e foi escolhido, e que já luta, hoje, para ser ministro do STJ. Eu desejo que ele seja ministro, mas desejo que, antes de ele ser galgado à função de ministro do STJ, ele mande apurar essa vagabundagem aqui! Essa vagabundagem!

Enquanto o povo morre de sede sem carro-pipa, sem nada no interior e no sertão da Bahia, olha o que se faz, aqui, deputada Maria Luiza. Pojuca pelo menos precisa de... Não precisa, a senhora sabe disso, mas não está aqui.

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Elmar Nascimento:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Bruno Reis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Vou conceder um aparte ao deputado Paulo Azi, que tem conhecimento dos fatos. Posteriormente, concederei um aparte aos deputados Elmar Nascimento, Bruno Reis e Carlos Geilson.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Luciano Simões, V. Ex^a traz a este Plenário uma denúncia gravíssima. Veja V. Ex^a que, coincidentemente, o governo escolheu o fim de semana das eleições para publicar o extrato desses convênios no Diário Oficial. Talvez achou que, como todos estavam atentos às eleições, não teria ninguém para se preocupar em verificar o que ocorria no Diário Oficial. É um escândalo, deputado Luciano Simões! V. Ex^a está coberto de razão. É um escândalo!

Eu até fico na dúvida, deputado Luciano Simões, se isso é do conhecimento do

governador do Estado. A coisa é tão escandalosa que eu me pergunto: será que o governador tem conhecimento disso? Quer dizer, o Estado sofrendo a maior crise de falta de água da sua história, as pessoas morrendo de sede, os rebanhos sendo dizimados, e a gente assiste a uma farra dessa com o dinheiro público. É um absurdo, deputado Luciano Simões! V.Exª conhece, o Estado tem empresas preparadíssimas, com técnicos preparados que poderiam desenvolver esses serviços. Tem a Cerb – Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia, tem a Car – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia, e a própria EBDA, e aí ficam distribuindo dinheiro para os seus correligionários. Nós sabemos que cada ONG dessa tem um braço político...

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Um patrocinador político do PT!

O Sr. Paulo Azi:- Nós sabemos! Cada ONG dessa tem um representante político, tem um braço político, alguns, inclusive deputados. É um escândalo! Será que o governador do Estado sabe disso? Tem conhecimento, deputado Luciano Simões?

V.Exª está de parabéns, e eu acho que isso cabe mais uma representação da Oposição junto ao Ministério Público. Nós vamos convocar todos os deputados de Oposição para irmos juntos fazer essa representação no Ministério Público.

Veja V.Exª que nós representamos contra o Instituto Brasil, que é uma ONG através da qual o Estado começou a construir casas no interior, e deu no que deu! Deu no que deu! Diversos funcionários da Secretaria de Desenvolvimento Urbano estão com os seus indisponibilizados e vão responder a processo. O Estado que foi denunciado por já ter conveniado mais de R\$ 1 bilhão com ONGs, e agora, num momento de crise como este, realiza convênios – pelo que V.Exª fala – de mais de R\$ 100 milhões.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Deputado Paulo Azi, são R\$ 125 milhões.

O Sr. Paulo Azi:- Isso é um escândalo! Não se pode admitir uma coisa dessas.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Antes de conceder o aparte ao deputado Elmar Nascimento, é bom que se diga – para que a imprensa da Bahia tome conhecimento – que, no último dia que podia o governo do Estado celebrar convênios com ONGs e com entidades, eu denunciei daqui, inclusive já está no Ministério Público, a distribuição de dinheiro através da Secretaria de Agricultura a todos os candidatos onde o PT disputava eleição através das ONGs. Em média foram 2 milhões e meio para cada candidato. Os convênios foram publicados, corrigidos, o dinheiro foi liberado no último dia que o Estado podia conveniar, e sabem para que o dinheiro? Para as ONGs e associações, deputado Targino Machado, prestarem serviços de assistência e técnica rural. Para que existe a EBDA e a Secretaria de Agricultura? Que vagabundagem!

O Sr. Elmar Nascimento:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Um aparte ao deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Deputado Luciano Simões, eu quero não só parabenizar, mas me associar ao pronunciamento de V.Exª. Já disse aqui que o governo federal tem muita coisa boa, mas o governo do Estado só resolveu copiar o

que não presta. A mesma fraude, a mesma roubalheira que teve no governo federal com as ONGs, eles implantaram aqui na Bahia. É um caso escandaloso de desvio de recursos públicos que precisa ser apurado e, infelizmente, não temos 21 deputados para poder propor uma CPI aqui nesta Casa, porque cabe uma CPI. Denunciamos o Instituto Brasil, ficou comprovado o roubo e agora V.Ex^a traz diversos exemplos de desvio de recursos públicos mediante essas ONGs.

Portanto, quero dizer a V.Ex^a que estou aqui para subscrever a representação ao Ministério Público. Não é possível que o governador não enxergue isso. Será que não tem Controladoria? Ele está sendo omissivo e conivente. Aliás, não tem, o projeto de Controladoria que era para dar emprego a Emiliano está dormindo aqui. Arranjaram um emprego para ele lá em Brasília e não precisou mais de Controladoria aqui nesta Casa. Não se falou mais em criar, porque o governo quando cria cargo é para dar emprego a companheiro; e quando não precisa dar mais emprego a companheiro, esquece e não precisa mais de Controladoria. Aliás, Controladoria ia ser ruim para o governo, porque ia ter que passar por ela esse tipo de desvio, que é absurdo. Num momento como este, é o pior tipo de roubo que pode ter, porque tirar dinheiro destinado ao povo que está passando sede numa seca que vive o Semiárido é o pior tipo de bandido que pode existir. Cisterna em Camaçari, o município mais rico da Bahia? É um escândalo!

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Olha que absurdo, para Camaçari fazer cisterna - 5 milhões, 365 mil, 490 reais e 36 centavos. O nome da sede da associação de Camaçari é Agendha. Isso é um absurdo, um crime contra o Semi-árido baiano! Essa é uma malandragem da pior possível! Como é que um governo tem um órgão de recursos hídricos, competente, com técnicos de renomado valor no Estado da Bahia e fora dele, presta-se a uma desfaçatez dessa, e ainda liberar quase 6 milhões para Camaçari cuidar da seca. Isso é coisa de gente sem vergonha!

O Sr. Bruno Reis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Um aparte ao deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Nobre deputado Luciano Simões, o que mais entristece é vermos milhares de prefeitos com o pires na mão batendo na porta do governo pedindo apoio para enfrentar a seca, por exemplo, e o que o governo faz? Chama os prefeitos para celebrar convênio de 30 a 50 mil reais, a depender do porte do município. Diversos prefeitos têm 4 anos na base do governo e receberam 300 mil reais para pavimentação e uma praça de 400 mil reais, enquanto diversas associações estão recebendo mais de 5 milhões de reais/ano para fazer obras.

O nobre líder Paulo Azi falou das empresas públicas do Estado que podem executar, mas as prefeituras também podem. Se esses recursos fossem repassados para os municípios, para o prefeito, que está lá na base, estaria dando muito mais resultado. Isso nos entristece, porque o que eles fazem? Para os prefeitos eleitos tão ligando prometendo o céu e o mundo para virem fazer parte da base do governo e olha o tratamento que dá a essas entidades?

Quero propor, nobre deputado Luciano Simões, que nós, da Bancada de Oposição, entremos com um projeto de lei para proibir o governo do Estado de

repassar recursos para organizações sociais construírem obras. Isso é um absurdo! Organização social é para desenvolver projeto social; é para apoiar uma creche ou outras entidades que promovam projetos sociais. Não é para obras.

Já não basta o exemplo do Instituto Brasil?...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado.

O Sr. Bruno Reis:- (...) Como uma associação vai realizar obras de recursos hídricos? Que competência e capacidade técnica tem para isso? Nenhuma. Vai ser mais um escândalo. Mais dinheiro que sairá pelo ralo para fazer política por toda a Bahia.

Está errado. Organização social é para gerir projeto social na área da saúde, da educação, etc. Na realização de obras, todas fracassaram.

Muito obrigado, nobre deputado Luciano Simões.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Para concluir, presidenta.

Não resta outro caminho à Oposição a não ser representar ao Ministério Público Federal, à CGU, à Polícia Federal, ao TCU e ao Ministério Público do Estado da Bahia. Mais uma vez aguardamos as providências.

Em relação às 42 ONGs que não foram identificadas, meu gabinete e o gabinete da Minoria vão procurar identificá-las. A cada dia vou trazer uma associação dessas para que o povo da Bahia fique conhecendo como age o PT para desviar recursos públicos em prol de suas campanhas políticas.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr^a Presidenta.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidenta, quero dizer que o deputado Luciano Simões deve mesmo fazer os seus questionamentos aqui e levá-los ao Ministério Público. Divulgar todos os questionamentos é dever de cada deputado.

Para complementar a denúncia feita aqui tanto na intervenção do deputado Luciano Simões como no aparte do deputado Paulo Azi, que disseram que essas associações tinham um apadrinhamento de deputados, gostaria de pedir que fossem apresentados os parlamentares padrinhos dessas associações, para que assim o Ministério Público possa averiguar essa denúncia.

Não tem nenhum problema. É papel do parlamentar trazer para cá todos os pontos que entenda como não alinhados com a ética e com as questões da institucionalidade e da legalidade. Por isso, não vejo problema em se fazer essa busca para se entender exatamente os procedimentos que estão certos ou errados.

Queria pedir a V.Ex^a que fizesse uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr^a Presidente

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Minha cara presidente, quero parabenizar o deputado Luciano Simões pela clareza do seu pronunciamento e pela coragem de apresentar nessa tribuna dados comprometedores. Fiquei aqui na poltrona ouvindo atentamente, boquiaberto com o que ouvi.

O deputado Paulo Azi disse que isso não deve ser do conhecimento do governador. São duas vertentes, Paulo. Pode até ser que não tenha conhecimento, mas, se isso acontece, fica demonstrado que ele não está interagindo com as coisas do seu governo. O que torna a situação muito grave, pois são rios de dinheiro saindo dos cofres, saindo do Erário sem o governador ter conhecimento.

Meu caro deputado Targino Machado, de acordo com a relação apresentada pelo deputado Luciano Simões, a companheirada toda foi beneficiada através dessas ONGs. Toda a companheirada. E não é valor insignificante, não, são quatro, cinco, seis milhões de reais. Enquanto que os prefeitos, notadamente, em nossa região, estão com o pires na mão, tentam e pedem clemência ao governador para conseguir, mendigando carro-pipa, é verdade. A cidade de Ichu, por exemplo, não tem um carro-pipa. E o que tem na cidade é de uma empresa particular que cobra R\$120,00 por cada viagem. Enquanto isso essas ONGs recebem dinheiro para construir cisternas. Que cisterna pelo amor de Deus, que cisterna foi construída? Cisterna em Camaçari, a cidade mais rica, ou uma das mais ricas do Estado da Bahia, recebendo dinheiro para construir cisternas. Enquanto que os órgãos do Estado da Bahia que são talhados para isso não funcionam.

Há toda uma estrutura de funcionamento e o dinheiro vai para essas ONGs, até para a igreja, para construir cisternas. Realmente, faça-me uma garapa! O deputado falou em “mensalinho”, pode ser “mensalaço” pela quantia de dinheiro, 125 milhões numa tacada só. Concluo minhas palavras parabenizando o deputado Luciano Simões pela coragem de trazer esses dados. Esta Casa não pode silenciar. Concordo com o deputado Rosemberg Pinto, que é um deputado corajoso, do governo, mas que convoco e convido que esteja conosco na abertura dessa CPI, porque pela coragem que ele tem sei que não vai se negar a assinar essa CPI e participar, inclusive, desta possível CPI.

Peço a V.Ex^a que proceda uma verificação de quórum nominal para a continuidade da presente sessão.

A Sr. Kelly Magalhães:- Questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, há um pedido de verificação de quórum solicitado pelos deputados Rosemberg Pinto e Carlos Geilson. V.Ex^{as} que estão no gabinete, na sala do cafezinhos, na biblioteca, adentrem este plenário, pois existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Solicito que o painel seja zerado e contem os 15 minutos.

Questão de ordem da deputada Kelly Magalhães.

A Sr^a Kelly Magalhães:- De fato, prestei bastante atenção nas palavras do deputado Luciano Simões. Está claro que todos os contratos, ao que me parecem, foram feitos pela Secretaria de Agricultura.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Deputada, por gentileza, registre a sua presença.

A Sr^a Kelly Magalhães:- Percebemos que todos os contratos foram feitos pela Secretaria de Agricultura e que Dr. Eduardo Sales tem todas as condições de dar as respostas, porque não acredito que haja tamanha irregularidade nesses convênios da forma como foi apresentada aqui pelo deputado Luciano Simões.

Acredito, sinceramente, que é passível de explicação. Não estou aqui fazendo juízo de valor. É muito sério, até porque esta semana o que nós mais presenciamos foram denúncias de ONGs, de organizações sociais, como a Pierre Bourdieu que estamos vendo com João Carlos Bacelar. A denuncia grave, de desvio de recursos de funcionários que não receberam, mas que a ONG recebeu, assola toda a cidade de Salvador.

Aí, chega o deputado Luciano Simões fazendo mais denúncias. Então, para que nós não façamos uma política equivocada de caças às bruxas inclusive de fazer ligações de onde, porque o deputado fez, aqui, o documento tornando de utilidade pública. Então, que nós façamos as coisas com a seriedade que ela requer.

Eu tenho, absolutamente, toda a convicção de uma explicação. Da mesma forma que o secretário João Carlos Bacelar está se posicionando e buscando esclarecer e acredito que o prefeito João Henrique também talvez não tenha tido o conhecimento de tantos contratos irregulares de valores tão altos realizados pela Secretaria de Educação, acredito que, da mesma forma, a Secretaria de Agricultura, como foi citado pelo deputado Luciano Simões, tenha, sim, uma resposta para justificar.

Eu gostaria de dizer que quando a gente faz uma observação de que agenda com GH é igual a PH de farmácia, é para dizer que, muitas vezes, a agenda com PH é uma referência a uma abreviação de uma agência de desenvolvimento humano e que não se trata – como eu vi o deputado Luciano Simões falar aqui – de se fazer uma relação de buscar recursos hídricos para a cidade de Camaçari que está no litoral. O litoral é o mar.

Então, muitas vezes, você tem as cidades mais distantes que não têm água para beber que é a água doce ou a água potável. Vejam, não é da água de Itacimirim ou das praias de Itacimirim que as pessoas vão se servir a não ser para o lazer.

Então a gente precisa ter consistência e consciência. Precisamos ler, de fato, o que foi colocado pelo deputado Luciano Simões com muita responsabilidade para que, com certeza, a gente faça uma denúncia e uma solicitação de esclarecimento para o secretário de Agricultura, como foi apresentado aqui, a fim de que ele apresente as justificativas – eu creio que tais justificativas existam sim – para a execução dos convênios feitos.

Na verdade, esta não é uma prática de se fazer obras apenas com prefeituras. Mas muitas ONGs acabam recebendo e não há crime nenhum nisso. Não há crime. Precisa-se saber se elas foram executadas. O problema não é o crime saber se a ONG recebeu ou não. Mas precisa-se saber se, de fato, as obras estão sendo ou não executadas e se há fiscalização efetiva para saber se essas obras existem.

Portanto, eu não direi que as ONGs são inexistentes ou fantasmas ou desonestas ou isso ou aquilo. Mas precisa-se saber, de fato, se os serviços estejam sendo executados. E, aí, como o próprio deputado Luciano Simões disse, deve-se fazer, *in loco*, a verificação dessa questão como nós estamos vendo.

Portanto acho que temos de ter cuidado, porque percebemos que há um certo exagero na denúncia como uma retaliação por parte do que foi feito aqui com a Pierre Bourdieu, pois está na imprensa sendo denunciada como um caso que, realmente, requer explicações do prefeito municipal da cidade do Salvador.

Com certeza, Zé Neto, como Líder do Governo, e eu, também como deputada, buscaremos as explicações necessárias para trazer aos nobres parlamentares aqui nesta Casa.

Eu agradeço por V.Ex^a ter cedido o espaço.

O Sr. Bruno Reis:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem do deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Eu acho que a nobre deputada Kelly Magalhães não entendeu bem o pronunciamento do deputado Luciano Simões, pois já não há explicação para justificar o escândalo, hoje, levado à tribuna pelo deputado Luciano Simões. Ela procura uma saída como a velha tática do PT quando está acuado, quando está na parede, quando não consegue justificar o injustificável e parte para agredir os adversários. Essa velha tática, nobre deputada Kelly Magalhães, já não funciona mais.

Nós estamos dizendo, aqui, claramente, para que fique sem dúvidas, que a entidade de Camaçari recebeu recursos para construir cisternas como se fosse um município do semiárido baiano; coisa que Camaçari não é, pois pertence ao litoral. Estava, ali, claro o objeto do convênio lido pelo deputado Luciano Simões.

O que questionamos, aqui, é uma entidade de Gentil do Ouro receber recursos para discutir o pré-sal como se Gentil do Ouro estivesse na área onde existe exploração do pré-sal. O que nós estamos falando, aqui, é de entidade receber recursos públicos para a construção de obras de recursos hídricos, ou seja, poços artesianos, aguadas, açudes e até barragens.

E olhe que todos os exemplos na Bahia de obras realizadas por entidades, organizações sociais, todas elas resultaram em escândalo. Estamos vendo o exemplo do Instituto Brasil. Não estamos falando aqui, por exemplo da Fundação Dr. Jesus, porque sabemos que realiza um projeto social, atende lá mais de mil dependentes químicos. É justo, é legítimo repassar o recurso para entidade como essa desenvolver esse tipo de trabalho social. Mas para realização de obras? Aí vem comparar com o que a Pierre Bourdieu realiza no município de Salvador. Todos os recursos repassados para a Pierre Bourdieu foram para prestação de serviços de consultoria e de contratação de pessoal, não foi para realização de obra, não; de obra que não existe, de obra que fica inacabada e de obra que o objeto quase não atende, a exemplo dos casos relatados aqui pelo nobre deputado Luciano Simões.

Acho que organização social, fundação, cooperativas, essas devem receber

recursos para desenvolver algum projeto de natureza social, seja na educação, na saúde, seja na formação de jovens. Agora, para execução de obras? Nós temos as empresas públicas do Estado e as prefeituras onde o prefeito tem uma estrutura com secretaria, com engenheiros, com técnicos, com pessoas responsáveis e capacitadas. Não as ONGs que recebem o recurso, contratam muitas vezes sem realizar licitação, e aí já não vem a prática do melhor preço, depois não tem o corpo técnico para fiscalizar, para cobrar o cumprimento da obra, seja lá o que ocorra, pode até ser um problema técnico na obra, a obra fica inacabada por não ter a infraestrutura necessária para solucionar.

Acho que essa deveria ser uma defesa, e aí nobre deputada Kelly Magalhães, a senhora que representa o resto da Bahia, lá há muitos prefeitos e alguns desses apoiam V.Ex^a, tem que defender que esses recursos sejam repassados para os prefeitos, para os gestores que têm legitimidade, foram eleitos pelo povo para gerenciar os recursos públicos. Não o presidente de uma ONG que, em muitos casos, não sabe nem quem é, que qualificação tem, não se sabe nem qual é sua formação para gerenciar os recursos do povo, sem nenhuma fiscalização, até porque os órgãos de controle, diferente dos municípios e do Estado que têm o Tribunal de Contas dos Municípios para acompanhar, o Tribunal de Contas do Estado para fiscalizar a boa aplicação dos recursos públicos,....

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Deputado Bruno Reis, conclua a questão de ordem de V.Ex^a.

O Sr. Bruno Reis:- (...) não as entidades. E aí vemos os escândalos Brasil afora, infelizmente essa prática vem ocorrendo no Estado. De 2007 até 2012 as organizações sociais receberam mais recursos somados do que as 417 prefeituras do nosso Estado...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Deputado Bruno Reis, por gentileza...

O Sr. Bruno Reis:- (...) Isso é um absurdo, nobre deputada-presidente. Obrigado pela concessão do tempo.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Há apenas a presença de 8 Srs. Deputados, por isso dou como encerrada...

(O Sr. Deputado Elmar Nascimento se manifesta.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Encerrou, meu amigo, 15 minutos de tolerância. Quinze minutos de tolerância.

(O Sr. Deputado Elmar Nascimento se manifesta.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Então está marcado errado aqui; aqui está zerado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr^a Presidente, o painel não deve estar sintonizado com a Mesa, faltam 4 minutos.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Desculpe-me, deputado, é

porque aqui o painel da Mesa zerou.

O Sr. Elmar Nascimento:- Essa indignação dos deputados da Oposição, sobretudo nós que somos deputados que representamos o Semiárido aqui – o deputado Bruno tem voto no semiárido, o deputado Tom, na região sisaleira e no semiárido também –, sabemos o que tem sofrido o sertanejo com a falta de água, vemos, sem qualquer tipo de transparência, o governo pegar o dinheiro público e jogar fora, utilizando a rubrica do dinheiro que deveria ser destinado justamente para aqueles que mais precisam, que são aqueles atingidos pelo flagelo da seca. E o faz da pior forma: dribla licitação, transferindo dinheiro para empresas, para ONGs, sem licitação.

Quando se vai ao Banco do Nordeste, ao Banco do Brasil, para captar qualquer tipo de recursos tem-se que dar um bem-garantia. Aqui, eles criam as ONGs da noite para o dia, aprovam utilidade pública aqui na Assembleia... E uma ONGs que não têm nenhum tipo de patrimônio, nem garantia, muitas delas até com a utilidade pública vencida, e repassa milhões... E, como disse o deputado Bruno Reis, os prefeitos, com o pires nas mãos, têm que sustentar o sistema simplificado de abastecimento de água no interior. E pasmem, é de admirar – amanhã sei que a deputada Luiza Maia vai falar sobre isso –: o município mais rico da Bahia, situado no Litoral Norte, e uma ONG recebe mais de R\$ 5 milhões, agenda R\$ 5 milhões para fazer cisterna! Sei que amanhã a deputada Luiza Maia vai dizer se conhece a ONG, o trabalho que essa ONG faz. E eu até não discrimino.

Mas o que é que tem que fazer o gestor, deputado Carlos Geilson? Priorizar quem mais precisa, o mais pobre. Mas botar um recurso desse volume no município mais rico da Bahia?! Aí não tem como não ganhar eleição! Aí não tem como. Agora está explicado como é que eles ganharam a eleição em Camaçari, deputado Bruno Reis. À custa do sacrifício, da morte de monte de nossos irmãos nordestinos, à custa da dilaceração da economia baiana, do semiárido em que a pessoa tinha lá dez cabrinhas, hoje só tem cinco, quatro, três... A economia totalmente em frangalhos e botam R\$ 5 milhões numa ONG em Camaçari para fazer cisterna! O município mais rico! Cisterna em Itacimirim! Imagine que absurdo é esse!

Esta Casa, se os deputados do governo tivessem o mínimo de independência, criaria a CPI das ONGs para botar esse pessoal na cadeia, porque esse é o pior tipo de bandido, um bandido que tem coragem de desviar dinheiro de quem mais precisa é pior do que quem assalta caixa-forte de noite! É pior do que o mensalão, porque o mensalão, no bojo do dinheiro todo do Orçamento da União... mas o dinheiro desviado de recurso destinado ao combate da seca, não pode ter crime pior do que esse! Não pode! Não pode!

Sei que a deputada Luiza Maia vai falar sobre a Agendha de Camaçari. Agendha de Camaçari! Com a palavra, amanhã, a deputada Luiza Maia, que vai abrir a agenda de Camaçari.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Encontram-se no plenário apenas oito Srs. Deputados, por isso, como não há número legal para a continuidade da presente sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*